

CONSEQUÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO NEOLIBERALISMO PARA O TRABALHADOR LATINO-AMERICANO

Processo de Produção do Conhecimento: Análise de dados e debate teórico.

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Mateus Bender.

RESUMO:

O artigo abordará as consequências das alterações econômicas, políticas e sociais após a crise do capitalismo da década de 1970. Com a reestruturação dos meios de produção e com a implantação das políticas neoliberais, o capitalismo se reinventou, porém, o trabalho e as relações de trabalho ficaram prejudicados, principalmente em regiões emergentes, como a América Latina. As mudanças ocasionaram desemprego estrutural e informalidade, já nos empregos formais, novas formas de contrato surgiram, flexibilizando e precarizando o trabalho e as relações de trabalho. Através de índices oficiais, demonstraremos as principais consequências nos países latino-americanos.

PALAVRAS CHAVE: reestruturação produtiva; neoliberalismo; trabalhador latino-americano;

INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada por significativas mudanças econômicas em esfera global. O capitalismo que estava em crise econômica e política renovou-se através de uma reestruturação do seu modo de produção, ou simplesmente denominada de Reestruturação Produtiva.

Os métodos rígidos dos procedimentos de produção com objetivo de produzir em massa, para o consumo expandido, características marcantes dos modos de produção Taylorista e Fordista, onde o trabalhador é especializado para executar uma única função dentro das linhas de produção, começam a ser substituídos por novas tecnologias eletro-eletrônicas, que possibilitam a diversificação de produtos com custos de produção menores. Os modos de produção passam a ser regulados inversamente, através do sistema japonês de produção, com participação dos fornecedores e dos trabalhadores nos processos de produção e organização. O trabalhador inserido neste sistema torna-se polivalente, com domínio de várias funções, sendo exigido eficiência e inúmeras qualificações, acarretando no ofuscamento dos sindicatos de classe.

A nova forma de produção industrial é o reflexo do capitalismo através do espelho do neoliberalismo. A acumulação econômica passa a ser financeira, voltada para a estabilização destas economias, transferindo ao mercado o controle e regularização do trabalho, do emprego e de seu salário.

A reestruturação produtiva e o modo de regulação proposto pelo neoliberalismo em esfera global afetam diretamente a classe trabalhadora, que não tem a proteção ao trabalho e as garantias sociais que eram propostas anteriormente. As políticas neoliberais impõe, neste momento, a flexibilização das relações de trabalho, através de novas formas de regulamentação de trabalho e emprego. Os contratos temporários, terceirizados, instituição de banco de horas, suspensão do contrato por motivos econômicos, são alguns exemplos da precariedade que o trabalhador está exposto sob estas novas organizações.

Neste contexto de crise do trabalho e do trabalhador, muitos autores, como Jeremy Rifkin, André Gorz, entre outros, professaram que o fim do trabalho e em consequência, o fim do trabalhador, estariam próximos. Porém, neste trabalho veremos que esta situação não se confirmou.

Apesar desta crise do trabalho e do desemprego estrutural, este estudo comprovará que a classe trabalhadora não está em extinção. Assim como o capitalismo modificou-se com o neoliberalismo, a partir da década de 1970, a classe trabalhadora também alterou suas concepções. Apresentar-se-á indícios da mutabilidade e da heterogeneidade da classe trabalhadora. A partir de números oriundos de órgãos governamentais, comprovar-se-á ainda, a migração da classe trabalhadora para outros setores da economia.

Com exposições críticas bibliográficas, estudadas a partir de autores renomados no assunto, relacionando com índices estatísticos oficiais, apresentaremos as consequências da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais nos trabalhadores, em especial, os latino-americanos.

1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nas últimas décadas, principalmente após a década de 1970, o mundo presenciou mudanças significativas nas áreas políticas, econômicas e sociais, oriundas de uma crise estrutural do sistema econômico vigente: O capitalismo e o seu método de produção.

Após um período de prosperidade quanto à acumulação de capitais, situando-se no auge do keynesianismo/fordismo das décadas de 1950/60, o capital passou a ter dificuldades de seguir no mesmo ritmo de crescimento, principalmente pelos seguintes motivos:

- Decréscimo das taxas de lucro originadas pelo excesso de produção;
- Saturação da produção taylorista e fordista;
- Desvalorização do dólar e o posterior término do acordo de Breeton Woods;
- A crise do “*Welfare State*” ou do “Estado do Bem Estar Social”;
- O Crescimento das lutas sociais;
- E por último, e talvez o mais importante, a crise do petróleo. (SANDRONI, 1998)

Os reflexos para os trabalhadores são importantes e desastrosas, pois a precarização das relações de trabalho acarretaram em complexificação da classe trabalhadora, enfraquecendo a unicidade. Com isso, os trabalhadores que tiveram seus direitos historicamente conquistados, foram prejudicados pelas modificações econômicas e políticas que surgiam¹. É nesta reinvenção do capitalismo que são implementados novos métodos para reestruturar a produção, atingindo o mundo do trabalho organizado.

As relações sociais e de trabalho, até a década de 1970, eram influenciadas através do “Estado de Bem Estar Social” ou “*Welfart State*”. Resultou, entre a década de 1930 e 1970, em um “pacto social²” advindo das lutas sociais, com o intuito de renegociar as condições de repartição das riquezas. O resultado deste pacto social foi a “harmonia” entre as classes (principalmente no pós segunda

¹ Segundo o autor Ricardo Antunes (2011), em resposta à esta crise, iniciou-se uma reestruturação do modo de produção, sob o advento do neoliberalismo, transferindo os capitais ao mercado financeiro, e ancorado na Revolução Tecnológica, implementando-se os modelos de produção idealizados no “modelo japonês”. Para este autor, o modelo japonês possuía “(...) uma produção vinculada à demanda visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor (...) [que] fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções (...) [com] processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas.” (ANTUNES, 2000)

² Este “pacto social”, em um modo Universal, foi originado após amplas negociações das grandes potências industrializadas que definiram o sistema de gerenciamento econômico internacional, com o objetivo de reconstruir o Capitalismo após a Crise de 29 e da Segunda Guerra Mundial, impondo regras para as relações comerciais e financeiras, denominando-se de sistema de Bretton Woods, em 1944.

guerra), que permitiu concentrar esforços para a produção e consumo. Porém, esta paz social entrou em descompasso com a emergente acumulação de produção e a diminuição das taxas de lucro dos capitalistas. Com as alterações necessárias no modelo de produção, as relações de trabalho deveriam ser desregulamentadas em proveito das negociações laborais diretas, sem intermediação do Estado.

O novo modelo emergente surgido com a reestruturação produtiva ocorrida na década de 1970, denominada Toyotista e a sua flexibilização das relações trabalhistas, imposta também em virtude do fim do pacto do “Estado do Bem Estar Social”, originou uma crise nas relações laborais e sociais.³

1.1. Reformas Neoliberais na América Latina e o Trabalhador Latino-Americano

A crise capitalista existente no início da década de 1970 - foi além de uma crise econômica, mas também um momento histórico de mudanças sociais – criou todas as condições objetivas para o crescimento de teorias políticas neoliberais e a sua expansão entre as nações industrializadas.

De acordo com esta política econômica, a crise enfrentada na década de 1970, foi em virtude do poder excessivo sindical, onde os trabalhadores exigiam mais direitos, menos horas de trabalho e maiores salários. Além disso, o Estado era constantemente pressionado para aumentar os investimentos sociais, inviabilizando assim, o lucro do Estado e das empresas capitalistas, aumentando ainda, a inflação. Com esta visão capitalista, as políticas neoliberais evidentemente eram voltadas para a diminuição dos gastos públicos, terminando com o pacto social democrata do “Estado do Bem Estar Social” ou “*Welfare State*”, e objetivando a liberação dos mercados e diminuindo a participação do Estado na economia. Resumidamente, podemos definir que o objetivo do neoliberalismo é a desregularização do Estado, ou seja, o Estado diminui a intervenção nas esferas de poder possibilitando a livre concorrência nas diversas áreas de atuação, incluindo o mercado econômico/financeiro e o trabalho.

Apesar do sistema neoliberal atingir a visão global e o apogeu nas figuras de Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e de Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), na primeira metade da década de 1980, o neoliberalismo teve seu laboratório na América Latina após a derrubada do Governo Socialista de Salvador Allende, em 1973. Com a imposição da ditadura de Augusto Pinochet⁴, este delineou o modelo neoliberal, caracterizando o seu governo através da liberalização da economia, alta taxa de desemprego⁵, repressão social e sindical, concentração de renda, privatização de bens públicos e aumento da pobreza⁶.

Com pequenas diferenças históricas, os países latino-americanos renderam-se generalizadamente ao modelo neoliberal. Com o incentivo dos EUA, houve uma articulação de economistas e órgãos internacionais para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada nos diversos países, sendo denominado de Consenso de Washington. Assim, as reformas comerciais liberais, foram impostas pelos órgãos mundiais de crédito, como o FMI e Banco Mundial, em troca da continuidade de financiamento das nações. Assim, a subordinação dos países latino-americanos ao neoliberalismo foi repentino, assim como as suas consequências para os cidadãos.

³ “Ela (acumulação flexível) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho nos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...)” (HARVEY, 1992, p.140).

⁴ Augusto Pinochet Ugarte foi presidente do Chile de 1973 até 1990.

⁵ O desemprego no Chile, de 1975 a 1985, manteve-se entre 10,4 a 19,6% da população ativa, segundo a Organização Internacional do Trabalho. Dados obtidos no site: <http://laborsta.ilo.org/>, em 25 de Julho de 2013.

⁶ Até o ano de 1990, mais da metade da população chilena se encontrava na pobreza ou indigência.

Caracterizado por proibição de greves, arrocho salarial, abertura do mercado para o capital externo e aumento da dívida externa, entre outros, o neoliberalismo na América Latina foi semelhante⁷, com as exceções do Chile e do Peru⁸.

As consequências do neoliberalismo na América Latina que podemos citar, infelizmente são negativas para os cidadãos latino-americanos em geral, como bem aponta FERNANDEZ (2002)⁹, onde cita alguns reflexos:

- Concentração crescente do capital nas mãos de instituições multinacionais;
- Extinção da pequena e média indústria;
- Altas taxas de desemprego, devido à informatização e robotização dos processos produtivos;
- A competição instaurada pelo neoliberalismo, reduzindo a média dos salários dos trabalhadores;
- Fim da seguridade social, criada anteriormente pelo “Estado do Bem Estar Social”;
- Abandono progressivo dos investimentos em infraestrutura, educação e saúde;
- Insustentabilidade da dívida pública;

Deste modo, aliada à reestruturação produtiva das indústrias, o neoliberalismo das políticas latino americanas impuseram cicatrizes marcantes para toda a população latina, principalmente na década de 1990.

2. CONSEQUÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA OS TRABALHADORES LATINO-AMERICANOS

Após a análise das principais consequências da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais para a América Latina e seus cidadãos, convém ratificar os prejuízos causados aos trabalhadores¹⁰ inseridos neste contexto.

⁷ Na Argentina, o neoliberalismo iniciou-se plenamente no governo de Carlos Menem, eleito em 1989, com a implementação do Plano Cavallo, em 1991. O fundamento do plano econômico era a paridade do Peso Argentino ao Dólar Americano. Com o advento deste plano, a inflação diminuiu consideravelmente em um primeiro momento, porém, o efeito colateral foi o aumento das taxas de desemprego e a concentração de renda. Com a economia estabilizada, Menem conseguiu implementar o neoliberalismo.

No neoliberalismo brasileiro, destacam-se as políticas de Collor e Fernando Henrique Cardoso. A alta taxa de inflação na década de 90 e o desemprego foram os reflexos imediatos do neoliberalismo implantado na política econômica brasileira. No governo de Fernando Henrique, além de diversas críticas econômicas, sociais e políticas, destacam-se as inúmeras privatizações e a política educacional incoerente, com discursos sobre a importância da educação e descompromisso do Estado. (SAVIANI, 2002)

Diferentemente, no México, com amplo apoio dos Estados Unidos da América, o país passou a produzir inúmeros produtos após acordos bilaterais. Inicialmente, obteve benefícios, porém nos últimos anos as taxas de desemprego e pobreza aumentaram, assim como o narcotráfico.

⁸ No Peru, houve uma tentativa de reforma agrária, porém foi repreendida imediatamente pelo General Bermudez, submetendo o país ao FMI e o modelo neoliberal. Posteriormente, assumiu Fujimori, onde abriu o mercado para empresas estrangeiras e privatizando empresas estatais.

¹⁰ Antunes (2011) entende que o processo de reestruturação produtiva possui uma face quantitativa e outra qualitativa. Quantitativa na medida em que se observa a redução do trabalho “estável” ou a redução dos empregos. Qualitativa, a alteração do mundo do trabalho é considerado bipolar, onde de um lado existem áreas de maior qualificação do trabalhador, os quais detêm cargos de chefia, supervisão e “vigias” do processo de produção e por outro há intensa desqualificação de outros ramos e diminuição de outros tantos, como metalúrgicos e mineiros.

2.1. Desemprego Estrutural.

Como observamos, o neoliberalismo, em países como Argentina, Brasil e México, iniciou-se posteriormente, em comparação às grandes potências, portanto, para aumentar a competitividade com as empresas estrangeiras, estes países necessitaram acelerar a reestruturação produtiva. Com o incentivo para importação de máquinas e equipamentos, as empresas buscavam ainda parcerias e objetivavam a redução dos custos, incluindo a diminuição da mão de obra. Assim, a diminuição dos postos de trabalho pode ser considerado como o objetivo da reestruturação produtiva, mas a consequência para o trabalhador, inevitavelmente é o desemprego.

A produção geral de mercadorias foi em um primeiro momento crescente, porém, a jornada total de trabalho, o trabalho sem proteção social, e o desemprego, também aumentaram. No Brasil, conforme Pochmann (1999), "cabe lembrar que, entre 1990/92, mais de dois milhões de postos de trabalho foram queimados por força da política econômica recessiva do Governo Collor, sem maiores preocupações com seus impactos sociais". O desemprego na região latino americana alcançou índices crescentes, atingindo não apenas os trabalhadores sem qualificações, mas atingindo toda estrutura laboral.¹¹

O desemprego estruturante e globalizado, atingiu desde a implementação da reestruturação produtiva, todos os países da América Latina. Como podemos observar na Tabela I (Taxas de Desemprego em Países da América Latina), em anexo, o desemprego em alguns países latino-americanos aumentou consideravelmente, segundo a Organização Internacional do Trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1990 a 2000, as taxas de desemprego aumentaram 7,7% na Argentina, 11,3% na Colômbia, 5,1% no Uruguai. Estes são alguns exemplos de países que se submeteram ao neoliberalismo na década de 90, o que evidencia-se nesta tabela, o aumento do desemprego nestas áreas.

Na Tabela II, consultado no Anuário Estatístico de 2011 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)¹², que também trata da Taxa de Desemprego anual nos países da América Latina, porém de modo mais abrangente na região em relação à OIT, ratificamos o crescimento do desemprego após a implementação das teorias neoliberais nos governos latinoamericanos.

Como podemos observar na Tabela I e II, o desemprego atingiu seu ápice na maioria destes países na segunda metade da década de 1990 e reduzindo apenas na segunda década do novo século. Como citado anteriormente, o neoliberalismo e a implementação da reestruturação produtiva nos países latino-americanos, foram introduzidos no começo da década de 90 e, portanto, desencadeou em uma taxa de desemprego crescente na segunda metade desta década.

O Chile, sendo o primeiro país a aderir à ideologia neoliberal, em 1973 através do ditador Pinochet, teve, desde as primeiras pesquisas da OIT em 1975, a manutenção das taxas de desemprego acima de 10%, conseguindo alcançar apenas em 1988, a taxa de 8,8%, mantendo o mesmo índice nos anos subsequentes¹³.

¹¹ Sobre desemprego estrutural, aponta com perfeição Mészáros: "O problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. [...] Portanto, não estamos mais diante de subprodutos "normais" e voluntariamente aceitos do "crescimento e do desenvolvimento", mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos "bolsões de subdesenvolvimento", mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do "desenvolvimento", da "racionalização" e da "modernização" em fardos paralisantes de desenvolvimento crônico." (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

¹² Obtido no site: <http://interwp.cepal.org/>, em 30 de Julho de 2013 às 09:20

¹³ Em 2013, a taxa de desemprego no Chile, segundo o Instituto Nacional de Estadísticas (INE), está entre 6 e 6,2%. Obtido pelo site www.ine.cl, em 15 de Julho de 2013, às 19hs.

Entre 1980 e 1985, o desemprego urbano sobe de 6,7% para 8,3% em toda a América Latina. No período de 1980-1990, há uma redução generalizada dos salários (33% para o salário mínimo, 13% para o industrial, 14% para o da construção civil e 28% para o rural) o acarreta uma piora na distribuição de renda latino-americana, com aumento do número de pobres – passando de 136 milhões para 197 milhões – e indigentes – de 62 milhões para 92 milhões. (CANO,2000)

Cabe ressaltar ainda, que este desemprego é estrutural, pois é impiedoso com todos os trabalhadores ao não atingir uma determinada condição de qualificação, fazendo rebaixar o custo total do trabalho em nível mundial. Assim, o trabalho formal, protegido e regulamentado, uma conquista sofrida e histórica dos trabalhadores, se altera rapidamente e assume formas concretas de trabalho precarizado e informal, tipicamente característico do setor de serviços. A reestruturação produtiva significou para os trabalhadores, o avanço do capital e da ideologia neoliberal com o efeito cruel do desemprego estrutural.

2.2.Flexibilização do Trabalho e das Relações de Trabalho

O trabalho, conceitualmente falando, acompanha o homem desde sua existência, transformando a natureza e satisfazendo-se, utilizando o saber intelectual. Posteriormente, com a Revolução Industrial, surgiu o “emprego”, atividade que permite a remuneração, mas não permite utilizar/aplicar o saber. Nas últimas décadas, isto tornou-se mais evidente, pois a própria caracterização das relações de trabalho com objetivos de estudos governamentais alteraram-se em diversos países, “escondendo” a situação precária existente e acobertando a falta de segurança social que estes trabalhadores estão realmente inseridos. Portanto, trabalho e emprego estão mais abrangentes, influenciado pelas políticas públicas que compreendem as mais simples e frágeis formas de emprego. Assim, há a flexibilização do trabalho, imposta pelo capitalismo neoliberal e originada na reestruturação produtiva, sendo posteriormente aceita de forma cordial pelos governos nacionais que introduziram nas pesquisas e programas governamentais sobre as relações de trabalho.

A reestruturação produtiva sob a égide do neoliberalismo e da globalização, apresenta um amplo processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho. Aquino (2008, p. 174) compreende a flexibilização como a “descentralização das unidades de produção, substituição da força de trabalho pela utilização de novas tecnologias, subcontratação de obras e serviços, novas formas de organização do trabalho.”

A flexibilização do trabalho, ao possibilitar contratações temporárias, terceirizadas, desvinculando legalmente o trabalhador à empresa tomadora de seu serviço, gera a precariedade das relações. O trabalhador não possui a segurança do trabalho e tampouco a segurança social. O Estado (neoliberal) não intervém de maneira protetora nas relações de trabalho, possibilitando inseguranças jurídicas e sociais nas relações de emprego, tornando precária sua situação.

O sociólogo Robert Castel (1998), ao analisar as mudanças sociais oriundas da flexibilização, fala da “desestabilização dos estáveis” e da “instalação na precariedade”, pois os “déficits de lugares” são constituídos na estrutura social, a qual possui homens e mulheres ocupando uma posição de “supranumerário ou de inúteis para o mundo”. O autor refere-se à deteriorização da coesão social, pois os trabalhadores perdem o vínculo com o processo produtivo, seja pelo desemprego ou pela instabilidade, atingindo a subjetividade do indivíduo, entendendo que está fora sistema produtivo.

Pelo fato de a precariedade do trabalho estar por “todos os lados”, Bourdieu (1998) acrescenta que os que estão expostos a ela perdem tanto a possibilidade de pensar racionalmente diante de um futuro incerto, como também perdem a crença nesse futuro, o que faz com que esses indivíduos percam aquilo “que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável” (Ibid., p. 120).

2.2.1. Terceirização

A terceirização de serviços, crescente¹⁴ a partir da flexibilização do trabalho no modo de produção neoliberal, é uma prova da precariedade do trabalho. De acordo com a autora Paula Marcelino, “terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e (ou) a externalização dos conflitos trabalhistas.” (MARCELINO,2006)

A terceirização tem sido utilizada pelos capitalistas com o intuito de omitir-se das obrigações sociais originadas pelas relações de trabalho.

“A terceirização do trabalho é considerada por muitos como a principal estratégia da reestruturação produtiva, pois, ao mesmo tempo em que ela permite uma recomposição das taxas de lucro pelas empresas, oferece também aos capitalistas um maior controle sobre a força de trabalho.”¹⁵

Outro reflexo negativo das terceirizações é o desmantelamento da classe operária, ou fragmentação do coletivo dos trabalhadores, gerando alta rotatividade e dificultando o processo organizativo às entidades de classe, levando-os à exclusão social, reduzindo o mero trabalhador em um objeto e o seu trabalho, em uma mercadoria.

Como observamos, são inúmeros os prejuízos¹⁶ causados com a implementação das terceirizações no modo de produção capitalista neoliberal. Além disso, mais uma vez, podemos citar a Tabela I, em anexo, para comprovar que a terceirização não diminuiu o desemprego, ao contrário, acarretou uma aproximação do trabalho socialmente protegido ao limbo da precarização.

2.3.Crescimento do Setor Terciário – Serviços

Segundo Dowbor (2001), a origem do setor de serviços, era apenas diferencial das atividades produtivas. Porém, este conceito foi acompanhando a expansão dos profissionais inseridos neste setor, tornando-se o conteúdo residual que engloba tudo que não envolve trabalho com terra (que é o setor primário) ou com a máquina industrial (secundário).

Os setores primários e secundários estão crescentemente dominados pela informatização e automatização, resultados da reestruturação produtiva que substituiu os trabalhadores por máquinas e equipamentos, ocasionando uma queda nos postos de trabalho. Acompanhando estas mudanças, o setor terciário absorveu nas últimas décadas grande número de trabalhadores.

¹⁴ De acordo com Queiroz (1995), a terceirização, tal como ela se configura na produção hoje, iniciou nos Estados Unidos da América por volta de 1940, quando estabeleceu alianças industriais com países europeus para a produção de armamentos, com o objetivo de combater o nazismo.

¹⁵ MARCELINO, Paula, R. P. Honda: Terceirização e precarização, a outra face do toyotismo. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

¹⁶ As consequências negativas para as organizações sociais do trabalho podem ser apontadas de acordo com a brilhante passagem de Diniz:

“1) responsável pela criação de empregos precários e eventuais; 2) pode ser causa de desemprego e subemprego; 3) é causa de redução salarial, pois que algumas empresas visam com a terceirização pagar menos do que pagariam aos especialistas se fossem seus empregados [se assim não fosse qual a razão de ‘terceirizar’?]; 4) ocorre uma piora sensível nas condições de saúde e segurança no trabalho dos empregados prestadores de serviços, com eliminação de benefícios sociais diretos e indiretos; 5) traz insegurança no emprego, já que ocorre uma ampliação da rotatividade de mão-de-obra; 6) permite degradação do ambiente de trabalho e das condições de segurança e higiene, já que as subcontratadas geralmente não têm a estrutura das empresas contratantes; 7) gera o paradoxo de existir dois patrões a comandar o processo, ou, em certos casos, de inexistir patrão definido; 8) desintegra a identidade de classe dos trabalhadores; 9) dificulta a filiação, organização e militância sindical; 10) com a terceirização é patente a tendência de individualização das relações profissionais; 11) ocorre em maior número a instalação ou deslocamento de empresas para regiões de fraca industrialização, de ‘incipiente organização sindical’; 12) a terceirização pode ser considerada um instrumento para combater o movimento sindical e as conquistas dos trabalhadores” (DINIZ, 1996, pag. 205)

Este setor econômico é o que mais emprega os trabalhadores, em todos os países da América Latina. Como observamos na Tabela III e IV, os índices de ocupação dos postos de trabalho, por mulheres e homens, consecutivamente, neste setor, estão crescentes em todos os países desde 1999, com exceção da Argentina que obteve uma pequena diminuição na participação masculina, apenas.

Quanto ao aspecto econômico nos países Latino-Americanos, o setor terciário ou simplesmente setor de serviços, tornou-se em muitos casos, o principal setor da economia. No Chile, por exemplo, o setor de serviços representou em 2012, 26,5%¹⁷ do PIB (seguido da mineração, com 14,2%).

Deste crescimento desenfreado do setor terciário, ou de serviços, podemos concluir que há um aumento discrepante da terceirização após a reestruturação produtiva, e há uma migração de trabalhadores antes ocupantes de cargos do setor industrial, para o setor de serviços, em virtude da substituição do seu trabalho pelas máquinas.

2.4. Novas Formas de Trabalho

O toyotismo surgido com a reestruturação produtiva, exigido para atender as novas necessidades e exigências individualizadas do mercado, manteve as concepções existentes anteriormente no fordismo, de exploração e dominação do trabalhador. A exigência do mercado por alta produtividade e baixos custos de produção, ocasionaram a redução do número de trabalhadores, como vimos anteriormente, intensificação da jornada de trabalho e a reorganização da produção e implementação de novos sistemas de produção.

De acordo com Karl Marx (1985), a força de trabalho ou capacidade de trabalho compreende um conjunto de faculdades mentais e físicas, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, nas quais coloco em ação a partir do momento em que produz valor de uso de qualquer espécie. A diferença da força de trabalho do indivíduo é o caráter inteligente e proposital.

O capitalismo neoliberal (mais ainda que os sistemas econômicos e políticos anteriores) retira dos trabalhadores o caráter inteligente e proposital, alterando toda a estrutura laboral, afetando assim, a subjetividade dos trabalhadores. A empresa capitalista neoliberal necessita ser enxuta, limitando este caráter racionalista do trabalhador, substituindo-os por máquinas, ou pelas palavras de Marx, *trabalho morto*. As novas e complexas formas organizacionais da produção e da mão de obra repercutem nas relações de trabalho entre os indivíduos¹⁸.

A partir das alterações organizacionais dos meios de produção, advém uma nova morfologia do trabalho, de caráter multifacetado e polissêmico, onde as modificações enaltecem o novo modelo de trabalhador, com aspectos e características diferenciadas em relação aos sistemas anteriores. Estes trabalhadores são obrigados a adequar-se para exercer um trabalho de cunho mais intelectual e, na medida em que isso acontece, é gerada a necessidade de encontrar uma força de trabalho mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, levando a novas formas e modalidades de trabalho, características do mundo contemporâneo (ANTUNES, 2011).

O surgimento das novas formas de organização do trabalho fortalece a atribuição do trabalho atípico ou diferenciado. Este trabalho atípico ou diferenciado, caracteriza-se pelas novas formas organizacionais do trabalho estabelecidas na sociedade atual, por meio da flexibilização e o abandono do modelo de trabalho estável por tempo indeterminado. Assim, as novas concepções produtivas, geram o intercâmbio de postos de trabalho e convertem os processos de trabalho denominados formais,

¹⁷ De acordo com a SOFOFA, que é uma Federação sem fins lucrativos, que reúne empresas e o setor industrial chileno. Disponível em <http://web.sofofa.cl/informacion-economica/indicadores-economicos/estructura-de-la-industria/>

¹⁸ Desta forma, percebe-se uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, estável e especializado, criando formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis estruturados por meio de empregos formais. Amplia-se o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho (ANTUNES, 2011).

em trabalho atípico, com forte conteúdo de precariedade. Neste trabalho atípico, desaparecem as principais características do trabalho, tais como horário de tempo integral, trabalho efetivo, integração organizativa da empresa, garantias formais e contratuais. Assim, o trabalho pode ser considerado não mais vinculado às categorias tradicionais de dependência da organização, mas sim, autonomia e flexibilidade do trabalhador em jornadas atípicas e também flexíveis (VASAPOLLO,2005).

Além das alterações no mundo do trabalho citado até então, cabe ainda lembrar a crescente contratação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente nas formas precárias de relação, como o contrato temporário, terceirizados, entre outros. A vulnerabilidade nas relações de trabalho, principalmente das mulheres, é visível na Tabela V (Taxa de Emprego Vulnerável Feminino), onde é observado que países como México e Colômbia, não conseguiram diminuir os índices de trabalho socialmente protegido nos contratos de trabalho femininos. Há também os milhares de jovens que são contratados por empresas capitalistas na forma de “*trainee*”, com salários inferiores e sem garantia de emprego, ou ainda, a inclusão precoce de jovens trabalhadores, em contratos de aprendiz, com mínimas proteções sociais.

Dessa forma, ficam evidentes as mudanças que configuram uma nova caracterização do trabalhador no mundo do trabalho e uma nova relação do trabalhador com o capital, por meio das novas atribuições e peculiaridades que lhe são exigidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diferentemente das previsões otimistas anunciadas pelos defensores do neoliberalismo, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, a globalização não foi a solução para todos os problemas. Tampouco as afirmações de Jeremy Rifkin, de que o fim do trabalho estaria próximo foram confirmadas. Ao contrário, ela aportou em uma infinidade de novos problemas, sem terminar com a classe trabalhadora.

Com a reestruturação produtiva, houve uma fragmentação e diferenciação ainda maior das relações de trabalho e dos próprios trabalhadores. As relações de trabalho, assim como os trabalhadores, modificaram-se assim como o capital. O capital não entra em crise, assim como o trabalho do proletariado, o que ocorre é uma mutação, para adaptar-se às condições existentes.

Observamos através de números, que a reestruturação trouxe consequências marcantes para os trabalhadores latino-americanos. O desemprego estrutural aumentou consideravelmente na década de 1990, em todos os países da América Latina, vindo a equilibrar-se ou diminuir, em alguns países, apenas na metade da primeira década deste século.

Com as políticas neoliberais implementadas na América Latina na década de 1990 e as novas formas produtivas, as relações de trabalho flexibilizaram-se tornando-as precárias. Criaram-se novas formas de trabalho, frágeis de direitos e garantias sociais, abandonando o conceito de trabalho estável e por tempo indeterminado. As substituições dos trabalhadores pelas máquinas, ocasionadas por este novo método de produção, fizeram crescer o setor de serviços, onde o antigo trabalhador industrial “encontrou uma oportunidade” de manter-se no mercado de trabalho.

As reestruturações provocaram aumento considerável do desemprego e do trabalho informal. No que tange o trabalho formal, diminuíram-se direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que surgiram inúmeras modalidades de relações precárias de trabalho. Desse modo, individualização, informalidade, terceirização, precarização, mercadorização do trabalho informacional são tendências centrais no mundo do trabalho hoje, e todas elas trazem embutidas uma tendência precarizante.

Verifica-se, pois, que não existe a tão cogitada tendência de eliminação da classe trabalhadora, mas sim a sua precarização e com utilização ainda mais intensificada do que no período da exploração fordista/taylorista, ou seja, aumentaram os níveis de exploração do trabalho (ANTUNES,2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 4ª Ed., 2000.

Aquino, C. A. B. (2007). Transformações do modelo industrial, “novos trabalhos” e nova temporalidade. *Psicologia e Sociedade*, 19, (1), 21-28. Popular, 2005.

AQUINO, C. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. *O Público e o Privado*, v. 11, p. 169-178, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COONEY, Paul. Dos décadas de Neoliberalismo em México: resultados y retos. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 11, n. 2, p. 15-42, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/270/437>>. Acesso em: 09 maio 2011.

DINIZ, Clécio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. *Reestruturação Econômica e Impacto regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira*. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, 1996.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora Senac, 2001.

DRUCK, G. *Flexibilização e Precarização do Trabalho – um estudo comparativo França-Brasil, Plano de estudo – Pós-doutorado – Capes, Paris XIII, Brasil, França*. 2007.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2001.

FERNÁNDEZ COLÓN, Gustavo, “Latinoamérica en la encrucijada”, rev. *Globalización (revista mensual de Economía, Sociedad y Cultura)*, octubre de 2002.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição, 1996.

MARCELINO, Paula, R. P. *Honda: Terceirização e precarização, a outra face do toyotismo*. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Escrava, 1985

- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOTA, Ana Elizabeth. Crise contemporânea e as transformações na sociedade capitalista. In: Curso de Especialização: direitos sociais e competências profissionais - UNB/CEFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.
- PENNAFORTE, Charles. América Latina e o neoliberalismo: Argentina, Chile e México. Rio de Janeiro, E-Papers, 2001.
- POCHMANN, Márcio. O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1998.
- SAVIANI, Demerval. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (orgs.). Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade. São Paulo: Expressão

SITES CONSULTADOS:

<http://laborsta.ilo.org/>
<http://www.indexmundi.com>
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>
www.cepal.org
www.oit.org
www.portal.fgv.br

ANEXOS:

TABELA I

TAXAS DE DESEMPREGO¹⁹ EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (em % sobre a população ativa)²⁰											
País\Ano	1980	1985	1988	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2008
ARG. ²¹	2,3	5,3	6	7,3	6,7	18,8	12,8	15,0	19,6	12,6	7,9
BOL. ²²	5,8	18	18	-	-	-	-	4,8	5,5	4,2	-

¹⁹ Estudo realizado por Instituições oficiais nacionais de cada país e repassadas à Organização Internacional do Trabalho, sendo importante destacar, que o alcance das pesquisas podem variar de acordo com cada Instituto oficial.

²⁰ Pesquisa realizada pela OIT com pessoas acima de 10 anos, com exceção do Chile, México e Peru que realizaram a pesquisa com pessoas com mais de 14 anos.

²⁰ Pesquisado em 231 aglomerados urbanos.

²⁰ Antes de 2003: excluída la población rural de Rondonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará y Amapá.

²⁰ Realizado nas 7 maiores cidades colombianas.

²¹ O emprego vulnerável refere-se aos trabalhos familiares não remunerados e aos trabalhadores autônomos como porcentagem do emprego total na economia de cada país.

BRA. ²³	-	3,4	3,8	3,7	6,5	6,1	9,0	-	9,2	8,9	-
CHI.	10,4	12,1	6,3	5,7	4,4	4,7	7,2	8,3	7,8	7,8	7,8
COL. ²⁴	9,1	14	10,1	10,2	9,2	8,7	15,0	20,5	15,2	12,8	11,4
MÉX.	-	-	2,5	-	-	6,9	3,6	2,6	2,9	3,7	3,5
PERU	7	11,8	-	-	9,4	7,1	-	-	7,7	7,4	6,8
URU.	7,3	13	8,6	8,5	9,0	10,3	10,1	13,6	17,0	-	-
VEN.	5,9	13,1	7,3	10,4	7,7	10,3	11,2	13,2	16,2	13,9	6,9

Tabela elaborada pelo Autor, apartir de dados obtidos através do sitio da Organização Internacional do Trabalho: <http://laborsta.ilo.org/>, acessado em 01/08/2013 às 15:10.

TABELA II TAXA ANUAL MÉDIA DE DESEMPREGO NA AMÉRICA LATINA

Países y Regiones	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	7,4	17,5	15,1	17,4	19,7	17,3	13,6	11,6	10,2	8,5	7,9	8,7	7,7
Bahamas	...	11,1	...	6,9	9,1	10,8	10,2	10,2	7,6	7,9	8,7	14,2	...
Barbados	14,7	19,7	9,2	9,9	10,3	11,0	9,8	9,1	8,7	7,4	8,1	10,0	10,8
Belize	...	12,5	11,1	9,1	10,0	12,9	11,6	11,0	9,4	8,5	8,2	13,1	...
Bolivia	7,3	3,6	7,5	8,5	8,7	9,2	6,2	8,1	8,0	7,7	6,7	7,9	6,5
Brasil	4,3	4,6	7,1	6,2	11,7	12,3	11,5	9,8	10,0	9,3	7,9	8,1	6,7
Chile	7,8	7,4	9,7	9,9	9,8	9,5	10,0	9,2	7,7	7,1	7,8	9,7	8,2
Colombia	10,5	8,8	17,3	18,2	18,1	17,1	15,8	14,3	13,1	11,4	11,5	13,0	12,4
Costa Rica	5,4	5,7	5,3	5,8	6,8	6,7	6,7	6,9	6,0	4,8	4,8	8,5	7,1
Cuba	5,4	8,3	5,4	4,1	3,3	2,3	1,9	1,9	1,9	1,8	1,6	1,7	2,5
Ecuador	6,1	7,7	9,0	10,4	8,6	9,8	9,7	8,5	8,1	7,4	6,9	8,5	7,6
El Salvador	10,0	7,0	6,5	7,0	6,2	6,2	6,5	7,3	5,7	5,8	5,5	7,1	6,8
Guatemala	5,4	5,2	4,4	4,8
Honduras	7,8	5,6	...	5,9	6,1	7,6	8,0	6,5	4,9	4,0	4,1	4,9	6,4
Jamaica	15,3	16,2	15,5	15,0	14,2	11,4	11,7	11,3	10,3	9,8	10,6	11,4	12,4
México	2,7	6,2	3,4	3,6	3,9	4,6	5,3	4,7	4,6	4,8	4,9	6,6	6,4
Nicaragua	7,6	16,9	7,8	11,3	11,6	10,2	9,3	7,0	7,0	6,9	8,0	10,5	9,7
Panamá	20,0	16,6	15,2	17,0	16,5	15,9	14,1	12,1	10,4	7,8	6,5	7,9	7,7
Paraguay	6,6	5,3	10,0	10,8	14,7	11,2	10,0	7,6	8,9	7,2	7,4	8,2	7,8
Perú	8,3	8,2	8,5	9,3	9,4	9,4	9,4	9,6	8,5	8,4	8,4	8,4	7,9
República Dominicana	...	15,8	13,9	15,6	16,1	16,7	18,4	17,9	16,2	15,6	14,1	14,9	14,3
Suriname	15,8	8,4	14,0	14,0	10,0	7,0	8,4	11,2	12,1
Trinidad y Tabago	20,1	17,2	12,2	10,8	10,4	10,5	8,4	8,0	6,2	5,6	4,6	5,3	5,8
Uruguay	8,5	10,3	13,6	15,3	17,0	16,9	13,1	12,2	11,4	9,6	7,9	7,6	7,1
Venezuela	10,4	10,3	13,9	13,3	15,8	18,0	15,3	12,4	10,0	8,4	7,3	7,8	8,6
América Latina y el Cari	...	10,0	10,4	10,2	11,2	11,1	10,3	9,0	8,6	7,9	7,3	8,1	7,3

Anuário Estatístico de 2011 da Comissão Economica para América Latina e Caribe (CEPAL), obtido no site: <http://interwp.cepal.org/>, em 30 de Julho de 2013 às 09:20.

TABELA III ESTRUTURA DO TRABALHO FEMENINA NO SETOR DE SERVIÇOS

Servicios / Services												
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Countries
89,0 b/	89,9 c/	...	87,5 b/	88,4 b/	88,7 d/	89,8 d/	90,1 d/	Argentina
50,9	52,5	...	56,5	54,9	Bolivia (Plurinational State of)
71,0	...	74,5	71,3	71,5	71,4	71,2	72,4	73,2	73,6	74,8	...	Brazil
...	82,0	81,9	79,9	83,3	...	Chile
76,9	76,4	75,4	75,7	76,2	78,6	78,1	77,9	Colombia
77,9	80,9	...	82,9	82,7	82,8	82,0	82,8	85,0	83,6	Costa Rica
...	63,3	64,5	64,0	65,8	67,1	67,1	68,2	Ecuador
71,2	...	74,2	75,1	76,9	76,1	El Salvador
...	56,3	64,3	Guatemala
68,4	65,1	66,1	67,5	68,4	...	68,4	68,7	Honduras
...	68,8	...	71,9	...	75,3	75,1	74,2	...	76,6	...	78,9	Mexico
...	...	75,4	71,0	Nicaragua
...	84,4	...	83,3	82,3	82,1	81,3	82,3	81,8	82,6	Panama
72,1	...	69,6	64,9	68,1	...	68,7	72,1	69,0	73,1	Paraguay
64,9	...	60,5	...	58,6	60,8 e/	60,9 e/	60,5 e/	61,2 e/	Peru
...	82,1	...	82,6	82,2	83,8	83,7	86,1	89,1	88,2	Dominican Republic
...	82,6	83,1	83,1	83,7	Uruguay
85,4	86,5	...	86,8	86,8	86,7	86,2	87,0	86,9	87,2	Venezuela (Bolivarian Republic of)

Fonte: Anuário Estatístico de 2011 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), obtido no site: <http://interwp.cepal.org/>, em 30 de Julho de 2013 às 09:20.

TABELA IV ESTRUTURA DO TRABALHO MASCULINO NO SETOR DE SERVIÇOS

Servicios / Services												
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Countries
66,6 b/	70,3 c/	...	67,2 b/	65,9 b/	65,7 d/	65,4 d/	65,1 d/	Argentina
36,6	33,4	...	37,3	39,4	Bolivia (Plurinational State of)
48,3	...	50,0	49,5	49,9	49,2	49,5	50,4	50,5	50,4	51,0	...	Brazil
...	50,8	51,2	49,9	54,4	...	Chile
48,3	49,3	49,6	49,8	49,0	51,4	51,0	51,1	Colombia
47,3	51,7	...	53,1	53,0	54,1	54,8	56,3	58,3	54,8	Costa Rica
...	45,4	44,1	43,9	44,4	43,8	43,2	44,4	Ecuador
41,2	...	42,7	45,5	44,6	44,1	El Salvador
...	31,7	33,8	Guatemala
29,4	28,1	29,5	29,7	30,8	...	30,0	31,2	Honduras
...	46,2	...	49,3	...	50,1	51,3	50,1	...	51,3	...	50,9	Mexico
...	...	34,8	33,2	Nicaragua
...	51,2	...	51,8	53,1	51,6	50,9	51,6	51,3	52,6	Panama
40,1	...	40,6	42,1	42,1	...	43,5	45,2	45,0	44,0	Paraguay
45,0	...	43,1	...	41,1	44,1 e/	44,4 e/	44,4 e/	44,8 e/	Peru
...	51,8	...	51,5	53,1	52,3	53,2	54,5	56,1	55,6	Dominican Republic
...	55,8	55,5	55,6	56,2	Uruguay
56,9	58,8	...	58,8	58,8	56,6	56,5	56,8	57,2	57,9	Venezuela (Bolivarian Republic of)

Fonte: Anuário Estatístico de 2011 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), obtido no site: <http://interwp.cepal.org/>, em 30 de Julho de 2013 às 09:20.

TABELA V

TAXA DE EMPREGO VULNERÁVEL FEMININO²⁵ (Em % sobre o emprego total da economia)

País\Ano	1990	1995	2000	2005	2010
ARGENTINA	27	23	21	19	17
BRASIL	30	38	22	25	-
CHILE	-	-	23	24	-
COLOMBIA	-	27	42	45	49
MÉXICO	15	39	33	33	-

²⁵ O emprego vulnerável refere-se aos trabalhos familiares não remunerados e aos trabalhadores autônomos como percentagem do emprego total na economia de cada país.

Tabela elaborada pelo Autor apartir de dados do Banco Mundial, obtido através do site: <http://datos.bancomundial.org/>, acessado em 05 de Agosto de 2013, às 22hs.